

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	43
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO .....	45
NOTA À PRIMEIRA EDIÇÃO .....	47
ABREVIATURAS .....	49

## CAP. 1 – DA APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL

---

1.1 No espaço .....	53
1.2 No tempo .....	54
1.3 Da interpretação da Lei Processual Penal .....	55
1.4 Espécies .....	56
1.4.1 Quanto ao sujeito que elabora .....	56
1.4.2 Quanto aos meios empregados .....	56
1.4.3 Quanto ao resultado .....	56
1.5 Interpretação Progressiva .....	57
1.6 Analogia .....	57
1.7 Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analogica .....	57
1.8 Espécies de analogia .....	58

## CAP. 2 – DO INQUÉRITO POLICIAL

---

2.1 Da natureza jurídica .....	59
2.1.1 Polícia Judiciária .....	60
2.2 Características .....	61
2.3 Da instauração .....	61
2.3.1 Na Ação Penal Pública Incondicionada .....	61
2.3.1.1 De ofício. Regra geral .....	61

2.3.1.2	Mediante requisição da autoridade judiciária ou ministerial .	62
2.3.1.3	Requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade de representá-lo . . . . .	63
2.3.2	Na Ação Penal Pública Condicionada . . . . .	63
2.3.2.1	Representação . . . . .	64
2.3.2.2	Crimes que dependem de representação . . . . .	64
2.3.3	Na Ação Penal Privada . . . . .	65
2.3.4	Na prisão em flagrante . . . . .	65
2.4	<i>Notitia Criminis</i> (notícia do crime) . . . . .	66
2.4.1	<i>Delatio criminis</i> . . . . .	66
2.4.2	Delação anônima ( <i>notitia criminis</i> inqualificada) . . . . .	67
2.5	Do indeferimento do requerimento de abertura de Inquérito Policial . . . . .	69
2.6	Da investigação nas infrações penais de menor potencial ofensivo . . . . .	69
2.7	Da presidência do Inquérito Policial por promotor de justiça. Impossibilidade . . . . .	70
2.8	Dos Inquéritos Extrapoliciais . . . . .	72
2.8.1	Investigação criminal e foro por prerrogativa de função . . . . .	73
2.8.1.1	Direção do inquérito e infração penal cometida por Desem- bargador. Crimes comuns e de responsabilidade . . . . .	73
2.8.1.2	Direção de inquérito e infração penal cometida por Governador. Crimes comuns . . . . .	74
2.8.1.3	Direção do inquérito e infração penal cometida por Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Crimes comuns e de responsabilidade . . . . .	74
2.8.1.4	Direção do inquérito e infração penal cometida por Prefeito .	75
2.8.1.5	Direção do inquérito e infração penal cometida por Deputado Federal. Crimes comuns . . . . .	75
2.8.1.6	Direção do inquérito e infração penal cometida por Senador da República. Crimes comuns . . . . .	76
2.9	Das providências do delegado . . . . .	76
2.10	Indiciamento . . . . .	77
2.10.1	Dos direitos do indiciado . . . . .	78

---

<b>2.11</b>	Da acareação e da reprodução simulada dos fatos	<b>79</b>
<b>2.11.1</b>	Exame grafotécnico e recusa do indiciado	<b>80</b>
<b>2.12</b>	Da identificação criminal	<b>80</b>
<b>2.13</b>	Dos vícios do inquérito	<b>82</b>
<b>2.14</b>	Do arquivamento do Inquérito Policial	<b>82</b>
<b>2.14.1</b>	Do arquivamento direto	<b>83</b>
<b>2.14.2</b>	Do arquivamento indireto e arquivamento implícito	<b>83</b>
<b>2.15</b>	Do desarquivamento	<b>85</b>
<b>2.16</b>	Do trancamento do Inquérito Policial. Possibilidades	<b>85</b>
<b>2.16.1</b>	Do trancamento do inquérito e produção de coisa julgada	<b>86</b>
<b>2.16.2</b>	Arquivamento do inquérito e legítima defesa	<b>87</b>
<b>2.17</b>	Da desnecessidade de nomeação de curador	<b>87</b>
<b>2.18</b>	Do sigilo no Inquérito Policial	<b>88</b>
<b>2.19</b>	Da incomunicabilidade do indiciado	<b>90</b>
<b>2.20</b>	Dos prazos	<b>91</b>
<b>2.21</b>	Do excesso de prazo no Inquérito Policial	<b>91</b>
<b>2.22</b>	Excesso de prazo – Alegação superada	<b>92</b>
<b>2.23</b>	Da violência doméstica (Lei n.º 11.340/2006 – Maria da Penha)	<b>93</b>
<b>2.23.1</b>	Formas de violência	<b>93</b>
<b>2.23.2</b>	Procedimentos	<b>93</b>
<b>2.23.3</b>	Providências	<b>94</b>
<b>2.23.4</b>	Medidas protetivas de urgência	<b>94</b>

## **CAP. 3 – DA AÇÃO PENAL**

---

<b>3.1</b>	Conceito	<b>95</b>
<b>3.2</b>	Das características	<b>96</b>
<b>3.3</b>	Das condições da ação penal	<b>96</b>
<b>3.3.1</b>	Das condições gerais	<b>96</b>
<b>3.3.1.1</b>	Possibilidade jurídica do pedido	<b>96</b>
<b>3.3.1.2</b>	Princípio da insignificância	<b>97</b>
<b>3.3.1.3</b>	Interesse de agir	<b>98</b>
<b>3.3.1.4</b>	Legitimidade da parte	<b>98</b>
<b>3.3.2</b>	Das condições específicas da ação penal	<b>99</b>

---

3.3.3	Da rejeição da peça acusatória e sua produção de coisa julgada	100
3.4	Da classificação da ação penal	100
3.4.1	Da ação penal pública	101
3.4.1.1	Princípios da ação penal pública	101
3.4.1.1.1	Princípio da legalidade ou obrigatoriedade	101
3.4.1.1.2	Princípio da oficialidade	102
3.4.1.1.3	Princípio da indisponibilidade	102
3.4.1.1.4	Princípio da indivisibilidade	103
3.4.1.1.5	Princípio da intranscendência	104
3.4.2	Da Ação Penal Pública Incondicionada	105
3.4.3	Da Ação Penal Pública Condicionada	105
3.4.3.1	Representação do ofendido ou de seu representante legal	105
3.4.3.1.1	Natureza jurídica da representação	106
3.4.3.1.2	Forma de representação	106
3.4.3.1.3	Da irretratabilidade	107
3.4.3.1.4	Retratação da retratação	107
3.4.3.2	Representação e renúncia nos crimes de violência doméstica	108
3.4.3.3	Requisição do Ministro da Justiça	109
3.4.3.4	Prazo para o oferecimento da requisição e retratação	109
3.4.4	Da Ação Penal Privada	110
3.4.4.1	Princípios da ação penal privada	111
3.4.4.1.1	Princípio da conveniência ou oportunidade	111
3.4.4.1.2	Princípio da disponibilidade	112
3.4.4.1.3	Princípio da indivisibilidade	112
3.4.4.1.4	Princípio da intranscendência	113
3.4.4.2	Da ação penal privada exclusiva	113
3.4.4.3	Da ação penal privada personalíssima	113
3.4.4.4	Da ação penal privada subsidiária da pública	114
3.4.5	Da decadência na ação penal privada condicionada e na ação penal privada	115
3.4.5.1	Prazo decadencial e exceções	116
3.4.5.2	Ação penal privada e interrupção da decadência	117
3.4.5.3	Ação penal pública condicionada e interrupção da decadência	118

---

<b>3.4.6</b> Das causas extintivas da punibilidade incidentes na ação penal privada .....	119
<b>3.4.6.1</b> Da renúncia .....	119
<b>3.4.6.1.1</b> Violência doméstica e renúncia .....	120
<b>3.4.6.2</b> Do perdão .....	120
<b>3.4.6.3</b> Da perempção .....	121
<b>3.4.7</b> Da ação penal nos crimes contra o patrimônio .....	122
<b>3.4.8</b> Da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual .....	122
<b>3.4.9</b> Da ação penal nos crimes contra a honra .....	123
<b>3.4.10</b> Da ação penal nos crimes de lesão corporal .....	124

## **CAP. 4 – DEFESAS PRELIMINARES ANTES DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA OU QUEIXA**

---

<b>4.1</b> Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos .....	125
<b>4.2</b> Crimes previstos pela nova Lei de Drogas .....	127
<b>4.3</b> Ações penais originárias dos Tribunais Estaduais, Federais, STJ e STF ..	127

## **CAP. 5 – DA DENÚNCIA E DA QUEIXA**

---

<b>5.1</b> Denúncia e queixa .....	129
<b>5.1.1</b> Os requisitos da denúncia e da queixa .....	130
<b>5.1.2</b> Omissões da denúncia ou da queixa .....	130
<b>5.1.3</b> Denúncia e queixa e número de testemunhas .....	131
<b>5.1.4</b> Recebimento da denúncia e queixa e seu recurso .....	131
<b>5.1.5</b> Rejeição da denúncia ou da queixa e hipóteses .....	131
<b>5.1.5.1</b> Recebimento da denúncia ou queixa contrariando o art. 395 do CPP. Medida cabível .....	132
<b>5.1.5.1.1</b> Rejeição da denúncia ou da queixa. Prescrição antecipada e impossibilidade .....	133
<b>5.1.5.2</b> Rejeição e recurso .....	134
<b>5.2</b> Denúncia e prazo .....	135
<b>5.2.1</b> Fundamentação no recebimento da demanda .....	135

5.2.1.1	Recebimento da denúncia e princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....	136
5.2.2	Denúncia inepta .....	138
5.2.3	Denúncia sintética .....	138
5.2.4	Denúncia alternativa .....	139
5.2.5	Denúncia genérica e crime societário. Mudança de orientação jurisprudencial .....	140
5.2.6	Rejeição posterior à denúncia recebida .....	141
5.2.7	Pagamento integral dos débitos oriundos de tributos e contribuições sociais. Antes ou após o oferecimento da denúncia .....	142
5.2.8	Inércia do MP .....	142
5.2.9	Aditamento da denúncia .....	142
5.2.10	Pedido de arquivamento do inquérito .....	143
5.2.10.1	Arquivamento do inquérito nas ações penais originárias ..	144
5.2.11	Suspensão condicional do processo. Recusa do Promotor em fazer a proposta e discordância do Juiz .....	145
5.3	A queixa e seu prazo .....	146
5.3.1	Queixa e procuração com poderes especiais .....	146
5.3.2	Aditamento da queixa pelo MP, prazo e intervenção na ação penal privada .....	147
5.4	Momento adequado do recebimento da denúncia ou da queixa ....	148

## CAP. 6 – AÇÃO CIVIL EX DELICTO

6.1	Legitimidade para propor ação civil <i>ex delicto</i> .....	150
6.2	Sentença absolutória penal que faz coisa julgada no cível .....	151
6.2.1	Absolvição. Legítima defesa real e repercussão na esfera administrativa .....	152
6.2.2	Absolvição. Legítima defesa putativa e repercussão na esfera cível .....	153
6.3	Sentença absolutória penal que não faz coisa julgada no cível ....	153
6.3.1	Absolvição criminal. Inexigibilidade de outra conduta e repercussão na esfera cível .....	154
6.4	Decisão criminal que não faz coisa julgada no cível .....	154
6.5	Absolvição pelo júri e repercussão na esfera cível .....	155

---

## CAP. 7 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

---

<b>7.1</b>	Origem e conceito	157
7.1.1	Limite da jurisdição	157
7.1.2	Princípios da jurisdição	157
7.1.3	Características da jurisdição	159
<b>7.2</b>	Competência	159
7.2.1	Conceito	159
7.2.2	Fundamento	160
7.2.3	Distinção entre jurisdição e competência	160
<b>7.3</b>	Competência absoluta e relativa	161
<b>7.4</b>	Das espécies de competência	162
<b>7.5</b>	Prorrogação de competência	163
<b>7.6</b>	Delegação de competência	163
7.6.1	Competência dos Juízes Estaduais para cumprir cartas precatórias expedidas por Juiz Federal	164
<b>7.7</b>	Competência na Constituição Federal	164
<b>7.8</b>	Determinação de competência	165
7.8.1	Competência pelo lugar da infração	165
7.8.1.1	Crimes plurilocais	167
7.8.1.1.1	Crimes plurilocais. Crimes contra a vida e foro competente. Exceção à regra	167
7.8.1.2	Crimes falimentares e foro competente	170
7.8.1.3	Juizado especial criminal e foro competente	170
7.8.1.4	Cheque sem provisão de fundos (art. 171, § 2.º, VI, do CP) e competência	171
7.8.1.5	Crime de falso testemunho praticado por carta precatória e competência	171
7.8.1.6	Fraude eletrônica para subtração de valores via <i>internet</i> e competência	172
7.8.1.7	Uso de documento falso e competência	173
7.8.1.8	Incerteza quanto ao lugar da infração	173
7.8.1.9	Caso de alteração do território da comarca. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	174

---

<b>7.8.2</b>	<b>Crime continuado ou permanente e competência</b>	<b>175</b>
<b>7.8.3</b>	<b>Competência pelo domicílio ou residência do réu</b>	<b>176</b>
<b>7.8.4</b>	<b>Crime de ação de iniciativa privada e competência</b>	<b>177</b>
<b>7.9</b>	<b>Competência pela natureza da infração</b>	<b>178</b>
<b>7.9.1</b>	<b>Competência dos crimes dolosos contra a vida</b>	<b>178</b>
<b>7.10</b>	<b>Competência da Justiça Militar (art. 124 da CF/88)</b>	<b>180</b>
<b>7.11</b>	<b>Competência da Justiça Federal</b>	<b>181</b>
<b>7.11.1</b>	<b>Crimes de competência da Justiça Federal. Posição jurisprudencial</b>	<b>181</b>
<b>7.12</b>	<b>Competência da justiça comum estadual</b>	<b>187</b>
<b>7.13</b>	<b>Competência pela distribuição</b>	<b>191</b>
<b>7.14</b>	<b>Competência por conexão</b>	<b>192</b>
<b>7.14.1</b>	<b>Conceito de conexão</b>	<b>192</b>
<b>7.14.2</b>	<b>Objetivo da conexão</b>	<b>192</b>
<b>7.14.3</b>	<b>Espécies de conexão</b>	<b>192</b>
<b>7.14.4</b>	<b>Competência por continência</b>	<b>193</b>
<b>7.14.5</b>	<b>Regras que deverão ser observadas para determinar a competência por conexão ou continência. Foro prevalente</b>	<b>194</b>
<b>7.15</b>	<b>Unidade do processo. Exceções</b>	<b>196</b>
<b>7.16</b>	<b>Unidade do processo e separação facultativa</b>	<b>196</b>
<b>7.17</b>	<b><i>Perpetuatio jurisdictionis</i> na conexão e continência</b>	<b>197</b>
<b>7.17.1</b>	<b>Competência do Tribunal do Júri e <i>perpetuatio jurisdictionis</i></b>	<b>197</b>
<b>7.18</b>	<b>Avocação de processos</b>	<b>198</b>
<b>7.19</b>	<b>Competência pela prevenção</b>	<b>199</b>
<b>7.19.1</b>	<b>Hipóteses de prevenção</b>	<b>199</b>
<b>7.20</b>	<b>Competência pela prerrogativa de função</b>	<b>199</b>
<b>7.20.1</b>	<b>Foro privilegiado e exceção da verdade</b>	<b>201</b>
<b>7.21</b>	<b>Competência do Supremo Tribunal Federal</b>	<b>202</b>
<b>7.21.1</b>	<b>Presidente da República e crimes comuns</b>	<b>203</b>
<b>7.21.2</b>	<b>Presidente do Banco Central. Competência especial por prerrogativa de função do STF</b>	<b>204</b>
<b>7.22</b>	<b>Competência do Superior Tribunal de Justiça</b>	<b>205</b>
<b>7.22.1</b>	<b>Governadores dos Estados e do Distrito Federal e crimes comuns</b>	<b>206</b>
<b>7.23</b>	<b>Competência dos Tribunais de Justiça</b>	<b>207</b>
<b>7.24</b>	<b>Competência dos Tribunais Regionais Federais</b>	<b>209</b>



---

7.24.1 Ministério Público do Distrito Federal e territórios e competência	210
7.25 Crimes no estrangeiro	210
7.26 Crimes em embarcações	211
7.27 Crimes em aeronaves	212
7.28 Lugar incerto	213

## **CAP. 8 – DAS EXCEÇÕES**

---

8.1 Conceito, classificação e previsão legal	219
8.2 Da exceção de suspeição e de impedimento	220
8.2.1 Fundamento	220
8.2.2 Cabimento	220
8.2.3 Não-cabimento	223
8.2.4 Momento e procedimento	223
8.2.5 Legitimidade e a quem dirigir	224
8.3 Da exceção de incompetência	225
8.3.1 Fundamento	225
8.3.2 Cabimento	225
8.3.3 Momento e procedimento	226
8.3.4 Legitimidade e a quem dirigir	227
8.3.5 Da decisão do Juiz	228
8.4 Da exceção de litispendência	228
8.4.1 Fundamento	228
8.4.2 Cabimento	228
8.4.3 Momento e procedimento	229
8.4.4 Legitimidade e a quem dirigir	230
8.4.5 Da decisão do Juiz	230
8.5 Da exceção de ilegitimidade de parte	230
8.5.1 Fundamento	230
8.5.2 Cabimento	230
8.5.3 Momento e procedimento	231
8.5.4 Legitimidade e a quem dirigir	231
8.5.5 Da decisão do Juiz	231
8.6 Da exceção de coisa julgada	232



8.6.1	Fundamento	232
8.6.2	Cabimento	233
8.6.3	Momento e procedimento	234
8.6.4	Legitimidade e a quem dirigir	235
8.6.5	Da decisão do Juiz	235

## **CAP. 9 – DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO**

9.1	Conflito de jurisdição ou de competência e conflito de atribuições	237
9.1.1	Conflito de atribuições entre Ministério Público Federal e Estadual. Competência	238
9.2	Legitimidade	239
9.3	Forma e procedimento	239
9.4	Competência	240
9.5	Avocatória	242

## **CAP. 10 – DA RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS**

10.1	Conceito e fundamento	243
10.2	Legitimidade e a quem dirigir	244
10.3	Da restituição e da impossibilidade	244
10.4	Da decisão da restituição e recurso cabível	246

## **CAP. 11 – DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS**

11.1	Conceito, previsão legal e finalidade	249
11.1.1	Medidas assecuratórias decretadas por CPI	250
11.2	Do sequestro	251
11.2.1	Cabimento	251
11.2.2	Legitimidade e momento (art. 127 do CPP)	252
11.2.3	Do levantamento do sequestro	252
11.2.4	Dos embargos	253
11.2.4.1	Julgamento dos embargos	254
11.2.5	Da decisão do Juiz	254

---

<b>11.3</b> Da hipoteca legal .....	<b>255</b>
<b>11.3.1</b> Fundamento e cabimento .....	<b>255</b>
<b>11.3.1.1</b> Especialização da hipoteca legal e processamento .....	<b>256</b>
<b>11.3.2</b> Legitimidade e momento .....	<b>256</b>
<b>11.3.3</b> Do cancelamento da hipoteca .....	<b>257</b>
<b>11.3.4</b> Da decisão do Juiz .....	<b>257</b>
<b>11.4</b> Do arresto .....	<b>257</b>
<b>11.4.1</b> Fundamento .....	<b>257</b>
<b>11.4.2</b> Cabimento .....	<b>258</b>
<b>11.4.3</b> Legitimidade momento .....	<b>258</b>
<b>11.4.4</b> Da decisão do Juiz .....	<b>258</b>

## **CAP. 12 – DO INCIDENTE DE FALSIDADE**

---

<b>12.1</b> Fundamento e cabimento .....	<b>259</b>
<b>12.2</b> Legitimidade ativa .....	<b>259</b>
<b>12.3</b> Do procedimento (art. 145 do CPP) .....	<b>260</b>
<b>12.4</b> Da decisão do Juiz .....	<b>260</b>

## **CAP. 13 – DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO**

---

<b>13.1</b> Fundamento e cabimento .....	<b>261</b>
<b>13.2</b> Legitimidade, momento e procedimento .....	<b>262</b>
<b>13.3</b> Do prazo do exame e do resultado .....	<b>263</b>

## **CAP. 14 – DA PROVA**

---

<b>14.1</b> Do conceito e finalidade da prova .....	<b>265</b>
<b>14.1.1</b> Previsão legal das provas .....	<b>266</b>
<b>14.1.2</b> Objeto da prova .....	<b>266</b>
<b>14.1.3</b> Classificação das provas .....	<b>268</b>
<b>14.1.4</b> Fases do procedimento probatório .....	<b>269</b>
<b>14.1.5</b> Sistema de apreciação da prova .....	<b>271</b>
<b>14.1.6</b> Prova emprestada ou trasladada .....	<b>272</b>

14.1.6.1	Prova emprestada e requisitos	273
14.1.6.2	Prova emprestada e crivo do contraditório	273
14.1.6.3	Prova emprestada. Efeito contra quem não tenha figurado como uma das partes no processo originário	274
14.1.6.4	Prova emprestada e inquérito policial	275
14.1.7	Adoção do sistema do livre convencimento motivado do Juiz (art. 155 do CPP)	275
14.1.8	Ônus da prova	277
14.1.8.1	Ônus da prova no processo penal (art. 156 do CPP)	277
14.1.8.2	Distribuição do ônus da prova	278
14.1.8.3	Ônus da prova e dúvida	279
14.1.8.4	Álibi e ônus da prova	280
14.1.9	A prova pertence ao processo	280
14.1.10	Culpa penal por presunção e responsabilidade criminal por mera suspeita	280
14.1.11	Crime de ameaça e meios de prova. Importância da palavra da vítima	281
14.1.12	Relevância da palavra da vítima nos crimes sexuais e meio de prova – síndrome da mulher de Potifar	282
14.1.13	Prova e reconhecimento fotográfico	283
14.1.14	Prova e condenação baseada unicamente em delação do corréu	283
14.1.15	Atuação de ofício do Juiz na colheita da prova	284
14.1.16	Provas ilegais	284
14.1.16.1	Espécies de provas ilegais (vedadas ou proibidas)	284
14.1.17	Provas ilícitas (art. 157 do CPP)	285
14.1.17.1	Provas ilícitas por derivação – teoria dos frutos da árvore envenenada ( <i>fruits of the poisonous tree</i> ). (art. 157, §§ 1.º e 2.º, do CPP)	285
14.1.17.1.1	Exceções à teoria da inadmissibilidade da prova ilícita	287
14.1.17.1.2	Desentranhamento da prova e recurso cabível	288
14.1.18	Princípio da proporcionalidade <i>pro reo</i>	289
14.1.19	Sigilo nas comunicações	290
14.1.20	Interceptação telefônica (art. 5.º, XII, CF/88 e Lei n.º 9.296 /1996)	290

14.1.21	Interceptação, escuta e gravação ambiental	293
14.1.22	Procedimento da interceptação telefônica. Natureza jurídica. Requisitos gerais para a concessão da interceptação telefônica	294
14.1.23	Interceptação telefônica. Prazo	297
14.1.24	Interceptação telefônica. Prova emprestada. Utilização para instruir processo civil ou administrativo	298
14.1.25	Interceptação telefônica com autorização judicial. Descoberta de crime diverso e participação de outros agentes	299
14.1.26	Interceptação telefônica e instauração prévia de inquérito policial	300
14.1.27	Interceptação telefônica. Perícia para confronto de voz	300
14.1.28	Interceptação telefônica. Recurso cabível	301
14.2	Do exame do corpo de delito e das perícias em geral (arts. 158 a 184 do CPP)	301
14.2.1	Das perícias	301
14.2.2	Exame de corpo de delito	302
14.2.2.1	Ausência de exame de corpo delito direto. Oferecimento da denúncia e decisão de pronúncia	304
14.2.2.2	Exame de corpo de delito e crimes contra a dignidade sexual	304
14.2.2.3	Exame Pericial e crimes contra a propriedade imaterial	305
14.2.3	Dos peritos	305
14.2.4	Laudo pericial e prazo	307
14.2.5	Necropsia ou autópsia e tempo para realização	308
14.2.6	Exumação	308
14.2.7	Fotografia do cadáver	309
14.2.8	Exame complementar	309
14.3	Do interrogatório	309
14.3.1	Momento	309
14.3.2	Natureza jurídica do interrogatório	311
14.3.3	Presença de advogado no ato do interrogatório	312
14.3.3.1	Direito de entrevista do acusado com seu advogado ou seu defensor	312
14.3.4	Interrogatório por meio de videoconferência	313

14.3.5	Direito ao silêncio (princípio do <i>nemo tenetur se detegere</i> – art. 5.º, LXIII, da CF) . . . . .	313
14.3.5.1	Do interrogatório de qualificação e o direito ao silêncio . . . . .	314
14.3.6	Interrogatório e direito da participação do defensor de corréu . . . . .	314
14.3.7	Interrogatório do mudo, surdo ou surdo-mudo . . . . .	315
14.3.8	Interrogatório de quem não fala a língua nacional . . . . .	316
14.3.9	Do interrogatório da pessoa jurídica . . . . .	316
14.3.10	Réu preso. Utilização de algemas . . . . .	316
14.4	Confissão . . . . .	317
14.4.1	Conceito e requisitos . . . . .	318
14.4.1.1	Espécies de confissão . . . . .	319
14.4.2	Confissão ficta . . . . .	319
14.4.3	Confissão e valor probatório . . . . .	319
14.4.4	Silêncio do réu . . . . .	320
14.4.5	Características da confissão . . . . .	321
14.4.5.1	Confissão do acusado na fase policial ou judicial e benefício 14.4.5.1.1 Confissão na fase policial e retratação em juízo. Con- denado em juízo. Condenação e direito a atenuante (art. 65, inciso III, alínea “d”, do Código Penal) . . . . .	321 321
14.4.6	Delação . . . . .	322
14.4.6.1	Previsão legal da delação ou colaboração premiada . . . . .	323
14.5	Do ofendido . . . . .	323
14.5.1	Das declarações do ofendido. Compromisso e crime de falso testemunho . . . . .	324 324
14.5.2	Condução coercitiva do ofendido e crime de desobediência . . . . .	324
14.5.3	Direitos do ofendido de comunicação dos atos processuais e forma . . . . .	325 325
14.5.4	Audiência e espaço reservado ao ofendido. Direito de assistên- cia e preservação . . . . .	325 325
14.5.5	Palavra da vítima nos crimes sexuais e relevância . . . . .	326
14.6	Das testemunhas (arts. 202 a 225 do CPP) . . . . .	326
14.6.1	Classificação das testemunhas . . . . .	327
14.6.2	Número de testemunhas . . . . .	328

---

14.6.3	Característica da prova testemunhal	329
14.6.4	Capacidade para testemunhar	329
14.6.4.1	Depoimento infantil	330
14.6.4.2	Depoimento de policiais	330
14.6.4.2.1	Testemunho de policiais e valor probatório	330
14.6.4.3	Depoimento dos Membros do Ministério Público e dos Juizes	331
14.6.4.4	Testemunho de delegado de polícia que presidiu o inquérito ou que presenciou o momento do flagrante	331
14.6.5	Delação do corrêu e natureza	332
14.6.6	Deveres da testemunha	332
14.6.7	Compromisso da testemunha (art. 203 do CPP)	333
14.6.7.1	Pessoas que são dispensadas de prestar compromisso	334
14.6.7.2	Testemunhas que não prestam compromisso e crime de falso testemunho	335
14.6.8	Testemunha e direito ao silêncio (princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> )	336
14.6.9	Depoimento da testemunha e forma	336
14.6.9.1	Depoimento por escrito	337
14.6.10	Pessoas proibidas de depor	337
14.6.11	Inquirição de testemunha. Incomunicabilidade. Advertência de Juiz e lugar reservado	338
14.6.12	Reconhecimento do crime de falso testemunho e providência do Juiz	338
14.6.13	Sistema da inquirição direta a testemunha – <i>cross examination</i>	339
14.6.13.1	Sistema de inquirição direta e exceção	341
14.6.14	Contradita e momento de arguição (art. 214 do CPP)	341
14.6.15	Presença intimidadora do réu e inquirição por videoconferência	342
14.6.16	Dispensa de comparecer em juízo	342
14.6.17	Proteção à testemunha	343
14.7	Do reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228 do CPP)	343
14.7.1	Reconhecimento de pessoa	344
14.7.1.1	Reconhecimento fotográfico	344
14.7.1.2	Reconhecimento em juízo ou em plenário do júri	345

---

<b>14.7.2</b> Reconhecimento de coisas .....	345
<b>14.7.2.1</b> Reconhecimento feito por várias pessoas .....	345
<b>14.8</b> Acareação (arts. 229 e 230 do CPP) .....	345
<b>14.8.1</b> Pressupostos da acareação .....	346
<b>14.8.2</b> Valor probatório da acareação .....	346
<b>14.8.3</b> Acareação por precatória .....	346
<b>14.9</b> Dos documentos (arts. 231 a 238 do CPP) .....	347
<b>14.9.1</b> Apresentação de documentos .....	347
<b>14.9.2</b> Documento requerido pelo Juiz .....	348
<b>14.9.3</b> Exame pericial .....	348
<b>14.9.4</b> Documentos em língua estrangeira .....	348
<b>14.9.5</b> Públicas-formas .....	348
<b>14.9.6</b> Restituição de documentos originais .....	349
<b>14.10</b> Indícios .....	349
<b>14.10.1</b> Indício e presunção como meio de prova .....	349
<b>14.10.2</b> Valor do indício e natureza jurídica .....	350
<b>14.10.3</b> Contraindício .....	350
<b>14.11</b> Da busca e da apreensão (arts. 240 a 250) .....	350
<b>14.11.1</b> Natureza jurídica da busca e apreensão .....	351
<b>14.11.2</b> Da busca domiciliar .....	351
<b>14.11.2.1</b> Busca no escritório do advogado .....	352
<b>14.11.3</b> Momento para a realização da busca domiciliar .....	353
<b>14.11.4</b> Busca e apreensão e auto circunstanciado .....	353
<b>14.11.5</b> Busca domiciliar e CPI .....	354
<b>14.11.6</b> Da busca pessoal .....	354
<b>14.11.7</b> Busca em território de jurisdição alheia .....	355

## **CAP. 15 – DOS SUJEITOS PROCESSUAIS**

---

<b>15.1</b> Sujeitos processuais, classificação e previsão legal .....	357
<b>15.2</b> Do Juiz .....	357
<b>15.3</b> Do Ministério Público .....	360
<b>15.4</b> Do acusado e seu defensor .....	361
<b>15.4.1</b> Do acusado .....	361



15.4.2. Do defensor .....	364
15.4.2.1 Defensor público e defensor dativo. Prazo em dobro e intimação .....	365
15.5 Assistente do Ministério Público .....	366
15.5.1 Atividades do assistente (art. 271 do CPP) .....	367
15.5.1.1 Possibilidade de o assistente arrolar testemunhas .....	367
15.5.2 Prazo para o assistente recorrer .....	368
15.5.3 Da possibilidade de o poder público habilitar-se como assistente	369
15.5.4 Da decisão do Juiz .....	370
15.5.5 Habilitação do assistente no Tribunal do Júri .....	370
15.5.6 Assistente e Desaforamento .....	370
15.5.7 Habilitação do assistente de acusação e revisão criminal .....	371
15.5.8 Assistente de acusação na ação penal privada .....	371
15.5.9 Assistente e legitimidade recursal .....	371
15.5.10 Assistente de acusação e intervenção no <i>habeas corpus</i> .....	372
15.5.11 Assistente de acusação e ECA .....	372

## CAP. 16 – DA PRISÃO

16.1 Prisão processual ou provisória .....	373
16.2 Da prisão em flagrante .....	374
16.2.1 Natureza jurídica .....	374
16.2.2 Sujeitos da prisão .....	374
16.2.2.1 Quem não pode ser sujeito passivo na prisão em flagrante	375
16.2.2.2 Prisão em flagrante. Governador e Vereador .....	377
16.2.2.3 Prisão em flagrante e apresentação espontânea do acusado .....	378
16.2.3 Modalidades de prisão em flagrante .....	379
16.2.3.1 Outras hipóteses de prisão em flagrante .....	380
16.2.4 Hipóteses em que não se admite a prisão em flagrante .....	381
16.2.5 Diferença entre flagrante preparado, forjado e esperado .....	381
16.2.6 Flagrante nos crimes permanentes e nos habituais .....	382
16.2.7 Auto de prisão em flagrante (art. 304 do CPP). Procedimento e formalidades .....	383

16.2.8	Comunicação ao Juiz, à família do preso ou à pessoa por ele indicada	385
16.2.9	Autuado que não informar o nome de seu advogado	385
16.2.10	Nota de culpa	385
16.2.11	Ausência de autoridade no local da prisão	386
16.2.12	Auto de prisão em flagrante imperfeito e medida cabível	386
16.2.13	Violência doméstica e familiar contra a mulher. Notificação à ofendida	386
16.3	Prisão preventiva	387
16.3.1	Natureza	387
16.3.2	Cabimento	388
16.3.2.1	Lei n.º 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e prisão preventiva	389
16.3.3	Do Não-Cabimento	390
16.3.4	Dos pressupostos e fundamentos da prisão	393
16.3.5	Da revogação	394
16.3.6	Da apresentação espontânea do acusado	395
16.3.7	Do prazo e excesso	395
16.3.8	Prisão preventiva de parlamentar. Impossibilidade	396
16.3.8.1	Conceito de imunidades	396
16.3.8.2	Imunidade do Presidente da República	398
16.3.8.3	Imunidade do Governador	398
16.3.8.4	Imunidade dos Vereadores	399
16.4	Prisão temporária	400
16.4.1	Prisão temporária e requisitos	400
16.4.1.1	Requisitos de admissibilidade. Alternativos ou cumulativos	401
16.4.2	Momento, legitimidade e procedimento	402
16.4.3	Do prazo	403
16.5	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível e de pronúncia	404
16.6	Prisão especial	406
16.6.1	Cabimento	406
16.6.2	Quem tem direito à prisão especial	407
16.6.3	Cela especial	408
16.6.4	Prisão de advogado e direito à sala de Estado-Maior. Ausência	408

16.6.5	Direitos e deveres do preso especial	409
16.6.6	Do indeferimento da prisão especial. Medida cabível	409
16.7	Prisão civil do depositário infiel	410

## **CAP. 17 – DA LIBERDADE PROVISÓRIA**

17.1	Conceito e fundamento	413
17.1.1	Distinção entre concessão de liberdade provisória, relaxamento da prisão em flagrante e revogação da prisão preventiva e temporária	414
17.2	Da liberdade provisória com fiança	414
17.2.1	Cabimento	415
17.2.2	Não-cabimento	415
17.2.3	Oitiva do Ministério Público	417
17.2.4	Fiança, valor e restituição	417
17.2.5	Quebra e perda da fiança	418
17.2.6	Da decisão do Juiz	418
17.3	Da liberdade provisória sem fiança	418
17.3.1	Cabimento e fundamento	418
17.3.1.1	Crime afiançável e réu pobre. Liberdade provisória sem fiança	419
17.3.2	Oitiva do MP e decisão do Juiz	420
17.3.3	Não-cabimento	421
17.3.3.1	Lei de crime contra a economia popular e crime de sonegação fiscal. Vedação à liberdade provisória sem fiança	422
17.3.3.2	Estatuto do desarmamento e liberdade provisória sem fiança	422
17.3.4	Crimes hediondos e equiparados e liberdade provisória	423
17.3.5	Tráfico de drogas e liberdade provisória	425
17.3.6	Da decisão do Juiz e recurso	427

## **CAP. 18 – DA CITAÇÃO**

18.1	Conceito e momento	429
18.1.1	Elementos da citação	430

---

<b>18.2</b>	Falta de citação e nulidade	430
<b>18.3</b>	Classificação	430
<b>18.3.1</b>	Precatória itinerante (art. 355, § 1.º, do CPP)	431
<b>18.4</b>	Citação com hora certa	432
<b>18.5</b>	Da citação por mandado	433
<b>18.6</b>	Das citações	433
<b>18.7</b>	Formação completa do processo	434
<b>18.8</b>	Juizado Especial Criminal e citação por edital	434
<b>18.9</b>	Suspensão do processo e da prescrição	435
<b>18.10</b>	Da revelia	435
<b>18.11</b>	Citação circunduta	436
<b>18.12</b>	Da intimação	436
<b>18.12.1</b>	Distinção entre intimação, notificação e citação	436
<b>18.12.2</b>	Intimação e procedimento	437

## **CAP. 19 – SENTENÇA**

---

<b>19.1</b>	Conceito e natureza jurídica	439
<b>19.2</b>	Da classificação	440
<b>19.2.1</b>	Classificação em sentido amplo	440
<b>19.2.2</b>	Classificação em sentido estrito	440
<b>19.2.3</b>	Sentença suicida e autofágica	441
<b>19.3</b>	Requisitos formais da sentença	442
<b>19.4</b>	Sentença e embargos de declaração	444
<b>19.4.1</b>	Embargos de declaração perante o Tribunal e Juizados Especiais Criminais	445
<b>19.4.2</b>	Embargos de declaração com efeitos modificativos	445
<b>19.5</b>	Princípio da correlação	446
<b>19.6</b>	Princípio do <i>jura novit curia</i> (princípio da livre dicção do direito) – <i>narra mihi factum dabo tibi jus</i>	446
<b>19.7</b>	<i>Emendatio Libelli</i>	446
<b>19.7.1</b>	<i>Emendatio libelli</i> . Suspensão condicional do processo e desclassificação	449
<b>19.8</b>	<i>Mutatio Libelli</i>	449

19.9	Pedido de absolvição pelo Ministério Público (art. 385 do CPP) . . .	451
19.9.1	Reconhecimento <i>ex officio</i> de agravantes pelo Juiz (art. 385 do CPP) . . . . .	452
19.10	Sentença absolutória . . . . .	453
19.11	Sentença condenatória . . . . .	455
19.11.1	Fundamentação . . . . .	455
19.11.1.1	Execução da pena restritiva de direito e momento . . . . .	456
19.11.2	Intimação da sentença condenatória . . . . .	456
19.11.3	Efeitos da sentença condenatória . . . . .	457

## **CAP. 20 – DOS PROCEDIMENTOS**

20.1	Processo e procedimento. Distinção . . . . .	459
20.2	O sistema processual adotado pelo CPP . . . . .	459
20.3	Procedimento. Alteração . . . . .	460
20.4	Procedimento comum . . . . .	460
20.4.1	Procedimento comum ordinário . . . . .	460
20.4.2	Procedimento comum sumário . . . . .	461
20.4.3	Procedimento sumaríssimo . . . . .	461
20.5	Procedimento especial . . . . .	461
20.6	Procedimento e regra . . . . .	461
20.7	Uniformização de procedimentos e aplicação dos artigos 395 a 397 do CPP . . . . .	462
20.8	Aplicação subsidiária . . . . .	462
20.9	Crimes sujeitos a procedimentos diversos e adoção do rito . . . . .	463
20.10	Instrução criminal e rinalidade . . . . .	463
20.11	Procedimento comum ordinário . . . . .	463
20.12	Mecânica processual do procedimento comum ordinário . . . . .	464
20.12.1	Prazo da remessa do inquérito policial à justiça (art. 10 do CPP) . . . . .	464
20.12.2	Distribuição do inquérito policial e vista ao promotor (Ação Pública) . . . . .	465
20.12.3	Denúncia. Prazo, inércia do Ministério Público e suspensão condicional do processo . . . . .	465

20.12.4	No caso de ação penal privada. Queixa-crime. Prazo decadencial e interrupção .....	466
20.12.5	Rejeição da denúncia ou queixa. Hipóteses e recurso .....	466
20.12.6	Recebimento da denúncia ou da queixa e apresentação da resposta escrita. Réu citado por edital e prazo .....	467
20.12.7	Da resposta escrita .....	467
20.12.7.1	Teses da resposta escrita .....	468
20.12.7.2	Não apresentação da resposta .....	468
20.12.7.3	Obrigatoriedade da resposta escrita .....	468
20.12.7.4	Resposta escrita e manifestação do Ministério Público ..	469
20.12.7.5	Distinção entre resposta escrita e defesa preliminar ..	469
20.12.8	Absolvição sumária pelo Juiz (art. 397 do CPP) .....	470
20.12.8.1	Natureza jurídica e recurso .....	470
20.12.8.2	Existência manifesta de excludente .....	471
20.12.8.3	Existência manifesta de causa de excludente da Illicitude do fato (art. 397, I, do CPP) .....	471
20.12.8.4	Existência manifesta de causa de excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade (art. 397, II, do CPP) .....	472
20.12.8.4.1	Inimputabilidade e absolvição sumária .....	472
20.12.8.5	O fato narrado evidentemente não constitui crime (art. 397, III, do CPP) .....	473
20.12.8.6	Quando estiver extinta a punibilidade do agente (art. 397, IV, do CPP) .....	473
20.12.8.7	Audiência una de instrução e julgamento. Requisição de réu preso e prazo .....	473
20.12.8.7.1	Princípio da identidade física do Juiz .....	474
20.12.8.7.2	Audiência de instrução, debates e julgamentos (arts. 400 a 405 do CPP) .....	475
20.12.8.7.3	Termo de audiência .....	481
20.13	Procedimento sumário .....	481
20.14	Mecânica processual do procedimento sumário .....	482
20.14.1	Prazo da remessa do Inquérito Policial à justiça (art. 10 do CPP) ..	482

20.14.2	Distribuição do inquérito policial e vista ao Promotor (Ação Pública) .....	482
20.14.3	Denúncia. Prazo, inércia do Ministério Público e suspensão condicional do processo .....	482
20.14.4	No caso de ação penal privada. Queixa-crime. Prazo decadencial e interrupção .....	483
20.14.5	Rejeição da denúncia ou queixa .....	483
20.14.6	Recebimento da denúncia ou da queixa e apresentação da resposta escrita. Réu citado por edital e prazo .....	484
20.14.7	Da resposta escrita .....	484
20.14.7.1	Teses da resposta escrita .....	484
20.14.7.2	Não apresentação da resposta .....	485
20.14.7.3	Obrigatoriedade da resposta escrita .....	485
20.14.7.4	Resposta escrita e manifestação do Ministério Público .....	485
20.14.8	Absolvição sumária pelo Juiz (art. 397 do CPP) .....	486
20.14.9	Audiência una de instrução e julgamento .....	486
20.14.10	Resumo do procedimento sumário .....	487
20.15	Procedimento sumaríssimo (Juizados Especiais Criminais) .....	488
20.15.1	Inaplicabilidade do procedimento sumaríssimo. Hipóteses ....	488
20.15.1.1	Procedimento sumaríssimo e crime militar .....	489
20.16	Procedimento sumaríssimo e agente detentor de foro por prerrogativa de função .....	489
20.17	Mecânica processual do procedimento sumaríssimo .....	490
20.17.1	Fase preliminar na polícia .....	490
20.17.2	Fase preliminar no Juizado Especial .....	491
20.17.3	Procedimento sumaríssimo (fase processual) .....	494
20.17.4	Aplicação da resposta escrita (art. 396 do CPP) no procedi- mento sumaríssimo .....	497
20.17.5	Revisão criminal e condenação no âmbito do Juizado Especial Criminal .....	497
20.17.6	<i>Habeas corpus</i> contra ato da turma recursal do Juizado Especial Criminal .....	498
20.17.7	Lesão corporal culposa no trânsito e infração de menor potencial ofensivo .....	499

20.17.8 Estatuto do idoso e procedimento sumaríssimo .....	500
20.18 Procedimento no Tribunal do Júri .....	500
20.18.1 Competência do Júri .....	501
20.18.1.1 Crime Doloso contra a vida processado pelo JVDFM. Previsão na resolução do Tribunal de Justiça local .....	502
20.18.1.2 Crime doloso contra a vida processado pelo JVDFM. Previsão na Lei de Organização Judiciária local que cabe ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri .....	502
20.18.2 Das fases do procedimento .....	503
20.18.3 Primeira Fase – <i>Judicium Accusationis</i> (Sumário de Culpa – arts. 406 a 421 do CPP) .....	503
20.18.3.1 Prazo Máximo para a Conclusão da Primeira Fase do Procedimento (art. 412 do CPP) .....	508
20.18.4 Pronúncia (art. 413 do CPP) .....	509
20.18.4.1 Natureza jurídica da pronúncia .....	510
20.18.4.2 Pronúncia e requisitos. Extrapolação .....	511
20.18.4.3 Fundamentação da pronúncia e limitação .....	511
20.18.4.4 Pronúncia. Qualificadoras e Causas de Aumento de Pena (art. 413, § 1.º, do CPP) .....	513
20.18.4.4.1 Pronúncia e qualificadora .....	514
20.18.4.4.2 Pronúncia. Agravantes, atenuantes e diminuição de pena .....	515
20.18.4.4.3 Pronúncia e princípio do <i>in dubio pro societate</i> ...	516
20.18.4.4.4 Pronúncia e inaplicabilidade do princípio do <i>in dubio pro societate</i> .....	516
20.18.4.4.5 Pronúncia e prisão .....	517
20.18.4.4.6 Pronúncia e exame de corpo de delito .....	517
20.18.4.4.7 Intimação da pronúncia .....	518
20.18.4.4.8 Definição jurídica diversa da constante da acusação (art. 418 do CPP) .....	518
20.18.4.4.9 Pronúncia e circunstância superveniente que altera a classificação do crime. Providências (art. 421, § 1.º, do CPP) .....	519
20.18.4.4.10 Decisão de pronúncia e recurso .....	519



20.18.4.4.11	Pronúncia e prescrição .....	520
20.18.5	Impronúncia (art. 414 do CPP) .....	520
20.18.5.1	Impronúncia e provas novas .....	520
20.18.5.2	Novo processo por superveniência de prova nova .....	520
20.18.5.3	Impronúncia e crimes conexos .....	521
20.18.5.4	Despronúncia .....	521
20.18.5.5	Distinção entre impronúncia e despronúncia .....	521
20.18.5.6	Recurso .....	522
20.18.6	Absolvição sumária (art. 415 do CPP) .....	522
20.18.6.1	Provada a inexistência do fato .....	522
20.18.6.2	Provado não ser ele autor ou partícipe do fato .....	522
20.18.6.2.1	Distinção entre prova da inexistência do fato e prova de não ser o acusado autor ou partícipe .....	523
20.18.6.3	O fato não constituir infração penal .....	523
20.18.6.4	Demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime .....	523
20.18.6.4.1	Inimputabilidade e absolvição sumária .....	524
20.18.6.4.2	Absolvição sumária e semi-imputabilidade .....	525
20.18.6.4.3	Absolvição sumária e crimes conexos .....	525
20.18.6.4.4	Absolvição sumária e recurso cabível .....	525
20.18.6.4.5	Absolvição sumária e recurso de ofício .....	526
20.18.7	Desclassificação (art. 419 do CPP) .....	526
20.18.7.1	Desclassificação e dúvida .....	526
20.18.7.1.1	Distinção entre desclassificação própria e imprópria .....	527
20.18.7.2	Desclassificação e suscitação de conflito de competência .....	527
20.18.7.3	Remessa dos autos ao juízo competente e acusado preso .....	528
20.18.7.4	Recurso .....	528
20.18.8	Segunda Fase – <i>Judicium Causae</i> ou Juízo da Causa .....	528
20.18.9	Da preparação do processo para julgamento em plenário .....	529
20.18.9.1	Apresentação do rol de testemunhas, documentos e diligências .....	529
20.18.9.1.1	Testemunha com cláusula de imprescindibilidade .....	529
20.18.9.1.2	Testemunha imprescindível e residente fora da comarca .....	529

---

20.18.9.2	Despacho saneador e finalidade	530
20.18.9.2.1	Relatório, conteúdo e finalidade (art. 423, II, do CPP)	530
20.18.9.3	Preparo para o julgamento (art. 424 do CPP)	531
20.18.9.4	Lista geral dos jurados (art. 425 do CPP)	531
20.18.9.4.1	Publicação. Listas provisória e definitiva (art. 426 do CPP)	531
20.18.9.4.2	Fiscalização e verificação	532
20.18.10	Desaforamento	532
20.18.10.1	Hipóteses de desaforamento	533
20.18.10.2	Natureza jurídica do desaforamento	535
20.18.10.3	Legitimidade para requerer o desaforamento (art. 427, <i>caput</i> , do CPP)	535
20.18.10.4	Desaforamento e opinião do Juiz	535
20.18.10.5	Desaforamento e suspensão do julgamento pelo júri	536
20.18.10.6	Desaforamento e comarca da mesma região	536
20.18.10.7	Não são motivos para o desaforamento	536
20.18.10.8	Desaforamento sem audiência da defesa	537
20.18.10.9	Reaforamento	537
20.18.11	Da organização da pauta	537
20.18.11.1	Intimação para a Sessão de Julgamento (art. 431 do CPP)	537
20.18.11.2	Sorteios dos jurados	538
20.18.11.2.1	Convocação do júri e intimação	538
20.18.12	Dos jurados	538
20.18.12.1	Exclusão do jurado por motivo de discriminação	538
20.18.12.1.1	Recusa injustificada ao serviço do júri. Penalidade	539
20.18.12.1.2	Jurado analfabeto	539
20.18.12.2	Pessoas isentas do serviço do júri (art. 437 do CPP)	539
20.18.12.2.1	Isenção do serviço do júri e justo impedimento	540
20.18.12.3	Escusa de consciência	541
20.18.12.3.1	Serviço alternativo	541
20.18.12.4	Jurado. Exercício efetivo, direitos e prerrogativas	541
20.18.12.4.1	Jurado e prisão especial	541
20.18.12.5	Jurado e direito de preferência	542
20.18.12.6	Desconto nos vencimentos ou salário do jurado	542

20.18.12.7	Jurado faltoso	542
20.18.12.8	Jurado e escusa justificada	543
20.18.12.9	Dispensa do jurado e decisão motivada do Juiz na ata	543
20.18.12.10	Responsabilidade penal do jurado e equiparação	543
20.18.12.11	Jurados suplentes	543
20.18.12.12	Impedimento dos jurados	543
20.18.12.13	Conselho de sentença e conhecimento de mais de um processo	544
20.18.12.14	Da sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri	544
20.18.12.14.1	Da instrução em plenário	547
20.18.12.15	Da ata do julgamento	554
20.18.12.16	Das atribuições do Juiz Presidente	554
20.19	Procedimento da nova Lei de Drogas (Lei n.º 11.343/2006)	554
20.19.1	Da investigação	554
20.19.2	Da instrução criminal (arts. 54 a 59 da Lei n.º 11.343/06)	556
20.19.2.1	Ministério Público	556
20.19.2.2	Oferecimento da denúncia e defesa prévia	556
20.19.2.2.1	Resposta escrita e Lei de Drogas	557
20.19.2.3	Da decisão do Juiz	558
20.19.2.4	Recebimento da denúncia	558
20.19.2.5	Audiência de instrução e julgamento	558
20.19.2.6	Ausência de defesa preliminar e nulidade	559
20.19.2.7	Competência da Justiça Federal	561
20.19.2.8	Usuário de drogas e Juizado Especial Criminal	561
20.19.2.9	Penas restritivas de direitos	562
20.19.2.10	Regime de cumprimento de pena	563
20.19.2.11	Apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado	563
20.19.2.12	Tráfico de drogas e liberdade provisória	564
20.20	Procedimentos nas ações penais originárias de competência dos tribunais superiores e dos tribunais de justiça federal (Leis n.º 8.038/90 e 8.658/93)	564
20.20.1	Aplicação	564
20.20.2	Do prazo para oferecer a denúncia	565

---

<b>20.20.3</b>	Oferecimento da denúncia	<b>565</b>
<b>20.20.4</b>	Do recebimento da denúncia	<b>565</b>
<b>20.20.5</b>	Defesa prévia	<b>566</b>
<b>20.20.6</b>	Da oitiva das testemunhas	<b>566</b>
<b>20.20.7</b>	Das diligências	<b>566</b>
<b>20.20.8</b>	Do prazo para as alegações finais	<b>567</b>
<b>20.20.9</b>	Do julgamento	<b>567</b>

## **CAP. 21 – NULIDADES**

---

<b>21.1</b>	Conceito	<b>569</b>
<b>21.2</b>	Princípios básicos das nulidades	<b>569</b>
<b>21.3</b>	Espécies de nulidades	<b>571</b>
<b>21.4</b>	Nulidade absoluta	<b>573</b>
<b>21.5</b>	Nulidade relativa	<b>573</b>
<b>21.5.1</b>	Momento oportuno para arguir as nulidades relativas	<b>574</b>

## **CAP. 22 – DOS RECURSOS**

---

<b>22.1</b>	Conceito	<b>577</b>
<b>22.2</b>	Princípios gerais dos recursos	<b>577</b>
<b>22.3</b>	Pressupostos dos recursos	<b>581</b>
<b>22.3.1</b>	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	<b>581</b>
<b>22.3.2</b>	Legitimidade	<b>582</b>
<b>22.3.3</b>	Da desistência e da renúncia	<b>582</b>
<b>22.4</b>	Típos de recurso	<b>583</b>
<b>22.4.1</b>	Recurso voluntário	<b>583</b>
<b>22.4.2</b>	Recurso de ofício ou necessário	<b>584</b>
<b>22.5</b>	Efeitos do recurso	<b>586</b>
<b>22.6</b>	Recurso em sentido estrito	<b>586</b>
<b>22.6.1</b>	Cabimento	<b>587</b>
<b>22.6.2</b>	Prazo	<b>591</b>
<b>22.6.3</b>	Do encaminhamento do recurso em sentido estrito	<b>591</b>
<b>22.6.4</b>	Do juízo de retratação	<b>592</b>

22.6.5	Do processamento	593
22.6.6	Dos efeitos	593
22.6.7	Da decisão do Juiz	594
22.6.8	Recurso da pronúncia e prisão do réu	594
22.7	Da apelação	595
22.7.1	Fundamento e espécies	595
22.7.2	Do prazo e das razões	595
22.7.3	Cabimento	596
22.7.4	Da deserção	599
22.7.5	<i>Reformatio in pejus</i>	600
22.7.5.1	<i>Reformatio in pejus</i> e erro material	600
22.7.5.2	<i>Reformatio in pejus</i> indireta	601
22.7.5.2.1	<i>Reformatio in pejus</i> indireta e soberania do Tribunal do Júri	601
22.7.5.2.2	<i>Reformatio in pejus</i> indireta e sentença do Juiz Presidente do Tribunal do Júri	603
22.7.6	<i>Reformatio in melius</i>	604
22.7.7	Princípio do <i>tantum devolutum, quantum appellatum</i>	604
22.8	Protesto por novo júri	604
22.8.1	Extinção do protesto por novo júri e norma processual de aplicação imediata	605
22.8.2	Cabimento	606
22.8.3	Protesto por novo júri e crime conexo. Possibilidade	606
22.8.4	Da legitimidade	607
22.8.5	Características	607
22.8.6	Do prazo	607
22.8.7	Da decisão do Juiz	607
22.8.8	<i>Reformatio in pejus</i> indireta	608
22.9	Dos embargos	608
22.9.1	Dos embargos de declaração	608
22.9.1.1	Cabimento e fundamento	608
22.9.1.2	Do prazo	609
22.9.1.3	Do requerimento	609
22.9.1.4	Dos efeitos	610

22.9.1.5 Embargos de declaração com efeitos modificativos . . . . .	610
22.9.2 Embargos infringentes e de nulidade . . . . .	610
22.9.2.1 Fundamento e cabimento . . . . .	611
22.9.2.2 Da legitimidade, do prazo e da forma . . . . .	611
22.10 Ação de revisão criminal . . . . .	612
22.10.1 Natureza jurídica . . . . .	612
22.10.2 Fundamento e cabimento . . . . .	613
22.10.3 Revisão criminal e ônus da prova . . . . .	615
22.10.4 Do prazo . . . . .	616
22.10.5 Da legitimidade . . . . .	616
22.10.6 Dos pressupostos para admissibilidade . . . . .	617
22.10.7 Competência . . . . .	618
22.10.8 Processamento . . . . .	618
22.10.9 Do recurso . . . . .	620
22.10.10 <i>Reformatio in pejus</i> indireta . . . . .	620
22.10.11 Indenização por erro judiciário . . . . .	620
22.10.12 Da justificação judicial . . . . .	621
22.10.12.1 Produção de provas durante a ação revisional . . . . .	622
22.10.12.2 Questão diversa do objeto do pedido da inicial . . . . .	622
22.10.12.3 Revisão criminal e sentença absolutória imprópria . . . . .	622
22.10.12.4 Revisão criminal e sentença absolutória . . . . .	623
22.10.12.5 Revisão criminal e soberania do júri . . . . .	623
22.10.12.5.1. Revisão criminal julgada procedente pelo tribunal . . . . .	624
22.10.12.6 Revisão criminal e <i>abolitio criminis</i> . . . . .	625
22.11 Recurso extraordinário . . . . .	626
22.11.1 Fundamento e cabimento . . . . .	626
22.11.2 Do prazo . . . . .	626
22.11.3 Da legitimidade . . . . .	627
22.11.4 Do processamento . . . . .	627
22.11.5 Do efeito . . . . .	627
22.12 Recurso especial . . . . .	629
22.12.1 Natureza jurídica . . . . .	629
22.12.2 Do requisito . . . . .	629
22.12.3 Fundamento e cabimento . . . . .	629

22.12.4	Do prazo	629
22.12.5	Da legitimidade	630
22.12.6	Do processamento	630
22.12.7	Do efeito	630
22.13	Recurso ordinário constitucional	631
22.13.1	Fundamento e cabimento	631
22.13.2	Do prazo	632
22.13.3	Da legitimidade	632
22.13.4	Do processamento	632
22.14	Carta testemunhável	632
22.14.1	Fundamento e cabimento	632
22.14.2	Do prazo	633
22.14.3	Procedimento	634
22.15	<i>Habeas corpus</i>	634
22.15.1	Finalidade	635
22.15.2	Natureza jurídica	635
22.15.3	Da legitimidade	635
22.15.3.1	Intervenção do assistente de acusação no <i>habeas corpus</i>	637
22.15.4	Fundamentos	637
22.15.5	Classificação	638
22.15.6	Liminar em <i>habeas corpus</i>	639
22.15.6.1	Indeferimento de liminar e superação da Súmula 691 do STF	640
22.15.7	Cabimento	640
22.15.8	Das partes	648
22.15.9	Da competência	649
22.15.9.1	Turma recursal e competência para julgar o <i>habeas corpus</i>	650
22.15.9.2	<i>Habeas corpus</i> e competência do Supremo Tribunal Federal	651
22.15.9.3	<i>Habeas corpus</i> e competência do Superior Tribunal de Justiça	651
22.15.10	Da intervenção do Ministério Público no <i>habeas corpus</i>	652
22.15.11	<i>Habeas corpus</i> e recebimento da denúncia ou da queixa	652
22.15.12	Hipóteses que não admitem <i>habeas corpus</i>	652

22.15.13	<i>Habeas corpus</i> e punição disciplinar militar	653
22.15.14	Requerimento para sustentação oral no julgamento do <i>habeas corpus</i>	654
22.15.14.1	Comunicação para data do julgamento do <i>habeas corpus</i>	654
22.15.15	<i>Habeas corpus</i> e exame de mérito	655
22.15.16	<i>Habeas corpus</i> e anulação de sentença condenatória	656
22.16	Mandado de segurança	656
22.16.1	Natureza jurídica	656
22.16.2	Da legitimidade ativa	656
22.16.3	Fundamentos	657
22.16.4	Cabimento	657
22.16.4.1	Mandado de segurança para emprestar efeito suspensivo a recurso criminal	658
22.16.5	Do procedimento	658

## CAP. 23 – DA EXECUÇÃO PENAL E SEUS INCIDENTES

23.1	Progressão de regime	661
23.1.1	Fundamento	661
23.1.2	Objetivo	661
23.1.2.1	Requisito objetivo	661
23.1.2.2	Aplicabilidade da Lei n.º 11.464/07 nos crimes ocorridos antes e depois da sua publicação. Progressão de regime	662
23.1.2.3	Requisito subjetivo	664
23.1.3	Legitimidade e a quem dirigir	664
23.1.4	Da decisão do Juiz	664
23.1.5	Prisão especial e progressão de regime	665
23.1.6	Regressão	665
23.2	Livramento condicional	665
23.2.1	Fundamento	666
23.2.2	Cabimento	666
23.2.2.1	Requisito objetivo	666
23.2.2.2	Requisito subjetivo	666



23.2.3	Legitimidade e a quem dirigir	667
23.2.4	Revogação obrigatória do livramento	667
23.2.5	Revogação facultativa do livramento	667
23.2.6	Efeitos da revogação	667
23.2.7	Da extinção	667
23.2.8	Da decisão do Juiz	668
23.3	Agravo em execução	668
23.3.1	Cabimento	668
23.3.2	Fundamento	668
23.3.3	Prazo	668
23.3.4	Processamento e retratação	668
23.3.5	Da denegação do recurso de agravo	668
23.4	Extinção da punibilidade	669
23.4.1	Fundamento e competência	669
23.4.2	Da decisão do Juiz	669
23.5	Remição	670
23.5.1	Conceito	670
23.5.2	Fundamento	670
23.5.3	Cabimento	670
23.5.4	Da contagem do tempo	670
23.5.5	Possibilidade de remir sem trabalhar	670
23.5.6	Remição pelo estudo e possibilidade	670
23.5.7	Ocorrência de falta grave	671
23.5.8	Tempo remido	671
23.5.9	Dever da autoridade administrativa	672
23.5.10	Direito do condenado	672
23.5.11	Preso provisório	672
23.5.12	Da decisão do Juiz	672
23.6	Aplicação de Lei mais benéfica	672
23.6.1	Fundamento	672
23.6.2	Competência	673
23.6.3	Da decisão do Juiz	673
23.6.4	Legitimidade	673
23.7	Detração penal	673

---

23.7.1	Conceito	673
23.7.2	Fundamento e competência	674
23.7.3	Legitimidade	674
23.7.4	Da decisão do Juiz	674
23.8	Reabilitação	674
23.8.1	Fundamento	674
23.8.2	Alcance	675
23.8.3	Cabimento	675
23.8.4	Requisitos para requerer reabilitação	675
23.8.5	Pedido de reabilitação negado	675
23.8.6	Legitimidade	675
23.8.7	Competência	676
23.8.8	Da decisão do Juiz	676
23.9	Das faltas disciplinares	676
23.10	Regime Disciplinar Diferenciado – RDD	678
23.11	Das sanções e das recompensas	679
23.12	Competência do Juiz da Vara da Execução Criminal	680
23.13	Do excesso ou desvio de execução	682
23.14	Assistência ao preso	682
23.15	Direitos e deveres do preso	683
<b>REFERÊNCIAS</b>		<b>685</b>

---